

APRENDIZES CASTIGADOS: A INFÂNCIA SEM DESTINO NOS LABIRINTOS DO ARSENAL DE GUERRA 1827-1835

Hugo Coelho Vieira*

O Recife no início do século dezenove foi marcado por profundas inquietações políticas, essas foram influenciadas pelas mudanças ocorridas no final do século dezoito, século tido como sendo o das grandes Revoluções Burguesas. As idéias liberais dos pensadores colocavam em discussão a questão da liberdade e da igualdade. Esses ideais faziam parte das discussões dos intelectuais da época que não aceitavam a subordinação do poder central e desafiavam as ordens vindas do Rio de Janeiro. O período oitocentista recebeu atenção de estudiosos, intelectuais e pesquisadores como o poeta Manuel Bandeira, que denominou a cidade como o “Recife das revoluções libertárias”. Para o historiador Antônio Paulo Rezende, a cidade ficou conhecida como “o Recife das Revoluções” devido ao seu imaginário de lutas e de rebeldias (REZENDE, 2002: 77). Machado de Assis, que viveu no século XIX, pôde conviver com algumas experiências do período, e é concebido hoje, como o grande romancista por abordar aspectos trágicos de uma sociedade aonde a cultura era repleta de paradigmas a serem quebrados, na questão infantil foi realista afirmando em um de seus romances que “nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 2007: 30).

Em Pernambuco, apesar de muito conturbado politicamente, recebeu destaque nacional pelas suas lutas, por sua economia, mas também por seus problemas de saúde e de moradia, denunciados mais tarde pelo sociólogo Gilberto Freyre, que chamava as casas sem condições de moradia de Mucambos. Foram inúmeras as casas sem estrutura e, pior ainda, eram os que mendigavam e perambulavam de um lugar para o outro. Enjeitados, por exemplo, que não possuíam ao menos uma pequena casa e uma família qualquer. Mendigos, moleques e vadios, eram alvo de controle e coerção da sociedade oitocentista como nos mostra Walter Fraga Filho, para o caso de Salvador, na Bahia (WALTER, 1996). Não foi diferente em Pernambuco.

Como país soberano, o Brasil precisava fortalecer sua unificação e defesa territorial o que exigiu a reorganização das forças armadas e, entre elas, a criação de escolas de formação militar, denominadas arsenais de guerra, em províncias espacialmente estratégicas para defesa

do país como Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso¹. Em Pernambuco, já existia o Trem Militar que foi transformado no Arsenal de Guerra em 1832. Essa instituição era responsável pela profissionalização de garotos e jovens na aprendizagem de ofícios diversos que serviam para atender ao crescente setor de serviços urbanos bem como as forças militares. Entre tantos serviços prestados podemos citar a construção e reconstrução de fortes e presídios; envio de alimentos e subsídios para tropas de diversas províncias do norte; ajuda nas relações com outras instituições como o Arsenal da Marinha e a Guarda Nacional; depósito e concertos de armamentos; a assuntos relacionados à guerra; além de se tornar uma importante instituição de absorção de enjeitados, pobres e órfãos, que já eram vistos como um segmento perigoso da população se deixados à deriva, sem ocupação e proteção familiar e/ou governamental. A infância sem destino em Pernambuco foi muitas vezes direcionada para os labirintos do Arsenal de Guerra e as crianças pobres, órfãs e enjeitadas como rege em seu estatuto foram na maioria das vezes aprendizes castigados.

Para o historiador Renato Pinto Venâncio, instituições como o Arsenal de Guerra no século dezenove, “foram uma rara opção de ascensão social para os filhos de forros e de negros livres” (VENÂNCIO, 2002: 200). Já para o historiador Acácio Lopes, que analisou a situação dos artífices no limiar de ruptura do período colonial, no Trem Militar do Recife, a dita instituição proporcionou uma “clara percepção de que o exercício do trabalho proposto pelo Trem pouco lhes daria em troca”(CATARINO, 1993: 146). Com o passar do tempo essa concepção foi mudando. Se para os artífices urbanos o Arsenal poderia não ser um local de ascensão para os garotos sem eira nem beira, à sorte poderia ser outra. Os jovens e meninos que ingressavam nesta instituição, tinham muitas vezes o Arsenal como a única alternativa de sair da miséria e obter uma formação profissional. Desta forma, uma alternativa de melhoria de vida.

Logo, investigar a vida dos menores no Arsenal, é se deparar com vidas, fazendo falar vozes silenciadas social e politicamente. É trabalhar com a dimensão humana de jovens que tinha perspectivas variadas de esperanças, sofrimentos e alegrias. Tanto os expostos da Santa Casa, quanto os órfãos e os filhos de pais pobres são renegados e excluídos da História.

O Arsenal esteve inserido entre as práticas e os discursos de amparo às crianças e aos adolescentes, assim como o discurso de modernização que passou à província de Pernambuco e a cidade do Recife. Mas sua situação financeira dependeu da boa vontade dos governantes.

¹□ Regulamento datado de 21 de fevereiro de 1832. COLEÇÃO Leis e Decretos do Império do Brasil.. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832. v.7.

Foi muito corriqueira a falta de materiais, alimentos e salários, acarretando pedido de demissões, fome de funcionários e perda de crédito com seus fornecedores². Em 1817, o inspetor do Trem, chegou a pagar as despesas com o próprio bolso para não perder o crédito que o órgão tinha na praça do Recife. Assim, o Trem não só fornecia materiais e subsídios para as tropas, como alimentos, mas também ajudava em construções das diversas obras públicas. Nessa mesma época foi criada uma tipografia que produziu o jornal “Aurora Pernambucana”, primeiro jornal impresso do Império brasileiro, que apesar de sua pequena circulação, tinha como objetivo reverter sua renda em favor dos garotos e jovens que lá estavam. Esse fato é curioso, pois é criada uma fonte de recursos financeiros, uma verba específica para os aprendizes.

Entretanto, não podemos deixar de ter em vista que os aprendizes do Arsenal tiveram suas vidas transformadas, modificadas, estruturadas e desorganizadas em virtude de uma busca por uma organização em que passava a cidade e o país. Higienizar, embelezar e cuidar não eram apenas idéias importadas da Europa, mas práticas discursivas. Está certo Marcus Carvalho, quando diz que foi preciso organizar e ordenar as cidades a partir da ótica do poder. Os jovens que estavam nos labirintos do Arsenal foram privados do acesso a família, a educação e a profissão, estiveram entregues a sorte que a vida lhe oferecesse. O Arsenal foi o teatro da vida desses adolescentes, foi o palco de muitos menores.

A preocupação da burguesia com a infância no Brasil imperial era de evitar que as crianças que saíam da Roda dos enjeitados, dos braços das amas-de-leite ou de cria para não se tornarem vagabundos, delinquentes, moleques e vadios. Inseridos numa instituição como o Arsenal eles poderiam se tornar funileiros, carpinteiros, serralheiros. Se foram felizes, a história não pode nos dizer, mas os indícios da nossa documentação nos faz acreditar que na maioria das vezes tinham uma vida muito difícil. Gilberto Freyre coloca que existia na sociedade brasileira imperial, uma precocidade para amadurecer a criança para a fase adulta através do que o mesmo denominou de pedagogia sádica. Sendo assim, a sociedade patriarcal imperial legitimava o total poder dos pais para castigarem seus filhos. Se era possível educar através da pedagogia sádica, ela ganhava concretude e vida no Arsenal, pois o trabalho desenvolvido nessa Instituição requeria bastante força física dos pequenos e a sociedade não tinha nenhum pudor e não viam problemas em fazer crianças trabalharem como se fossem adultos. Ser criança neste caso era não ter infância.

² Códices do Arsenal de Guerra séries AG-1, 30-6-1817, fl 232. e AG-1, 21-5-1825, fl 80.

Mas a péssima situação no Arsenal não foi apenas das crianças, pois informava o inspetor do Arsenal, Amaro Francisco de Moura, no dia 4 de abril de 1833, que os calcetas João Francisco, Antônio Lopes e Leandro da Silva foram socorridos pelo calcereiro do trabalho por estarem “morrendo de fome”³. Apesar da força da expressão “morrendo de fome”, utilizada pelo inspetor do Arsenal, alguns educandos realmente morreram no Arsenal, mesmo que não fosse de fome. Foi o caso do educando Justino Luiz Ferreira, que como dito pelo inspetor do Arsenal ao presidente de província, “faleceu da vida de espasmos com todos os sacramentos”, no dia 22 de abril de 1828⁴. Mortes por doenças e acidentes foram situações comuns no Arsenal de Guerra de Pernambuco.

Se por um lado temos alguns calcetas, educandos e mestres de oficinas que se sujeitavam aos trabalhos, por outro, temos formas de resistências como fugas e rebeldias. A morte foram casos que pode também ser entendida, como uma fuga da situação, uma entrega dos castigos dos corpos. Em julho de 1829, reclamava o inspetor Amaro Francisco, que Manoel Antônio Pinto Brandão, estava ausente do quartel dos educandos. Fazia mais de oito dias que Manuel estava desaparecido e suspeitava o inspetor, que o educando estava em terra do Engenho Paulista, na casa de Ignácio Marinho Falcão ou na casa do filho de Inácio o capelão do Engenho Timbo, José Inácio Marinho⁵. Semelhante foi o caso de Joaquim Luiz, que se “ausentou com pretexto de moléstia” e se encontrava depois trabalhando como caixeiro em uma taverna na Ribeira⁶. A reivindicação de Amaro Francisco se baseada no estatuto dos educandos que segundo o mesmo citando o artigo dezoito, afirmava que o educando deveria ficar trabalhando para o Trem o tempo que gastou para aprender tal ofício. Assim, jovens como Joaquim mesmo que conseguisse empregos melhores ou quisessem trabalhar em outros lugares não poderiam deixar o Arsenal de Guerra na hora que quisessem em virtude do mesmo ser o tutor destes garotos. Estruturas como essas do Arsenal impostas por regras normativas através de estatutos e leis generalizantes, dificilmente deixaram contentes a maioria dos educandos, e por isso, é comum encontrar na documentação a ausência e as fugas que eram tidas como rebeldias pelos seus administradores. Só no dia 18 de fevereiro de 1828,

³ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 82, 04|04| 1829.

⁴ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 50, 22|04| 1828.

⁵ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 74, 08|07| 1829.

⁶ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 19, 03|04| 1827.

desertaram o quartel, quatro educandos, foram eles Maximiano Mangueira, Joaquim Manoel de Castro, Francisco Joaquim e Francisco Felix⁷.

Inseridos numa instituição como o Arsenal eles poderiam ser salvos da rua, ao mesmo tempo que não ofereciam riscos a população, nem enfeiavam a cidade. Foi assim, que os Arsenais de Guerra assumiram a qualidade de “instituição total”, buscando “controlar e regular o cotidiano e a vida dos internos que nem sempre aceitavam o que lhes era imposto e não se tornaram passivamente corpos úteis e dóceis”(NASCIMENTO, 2006: 278-283). Portanto, o Arsenal serviu muitas vezes como uma prisão, como um local de castigo.

Esta Instituição se enquadra nas características da chamada instituição total de Goffman, que a conceitua como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2005: 11). Os jovens militares tinham suas ações vigiadas e se necessário deveriam ser punidos, como o educando “Francisco Félix que foi preso pelo Governador das Armas e recolhido ao calabouço do quartel por ter desertado”⁸. O calabouço do quartel era um local inóspito, servindo como castigo para os que não se enquadrassem ao rigor disciplinar da Instituição. Os educandos que desertavam ficavam detidos no calabouço do quartel em companhia dos calcetas.

Se por um lado temos uma instituição que surge no início do oitocentos com o discurso de servir a população através de um aperfeiçoamento militar, quanto para a formação de artífices e a absorção tanto de expostos, órfãos e de filhos de camadas pobres, por outro temos um mascaramento de um Estado que necessitava de mão de obra barata e de mais fácil submissão. Que pudessem ser disciplinados sem muitos questionamentos. Assim, os educandos do Arsenal foram usados na utilização no abastecimento e ajuda das tropas em virtude da grande instabilidade política vigente, e no trabalho das oficinas de serviços prestados a província pela instituição. Acrescenta-se aos novos padrões trazidos pela transferência da Corte em 1808 e pelas novas concepções higienistas da época. Desta maneira “o novo estado”, deveria criar “novas instituições”, com o intuito de produzir locais para abrigar e disciplinar os desclassificados.

⁷ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 59, 18|02|1828.

⁸ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 87, 21|03|1829.

As crianças que conseguiam sobreviver à Roda dos Enjeitados e as que já haviam passado pelo período colegial como o Colégio dos Órfãos (criado em 1835), por exemplo, tinham que ser integrados ao mercado de trabalho. Nem todos educandos do Arsenal foram órfãos ou enjeitados, pois alguns eram entregues pelas próprias famílias ao Arsenal, por não conseguirem manter seus filhos financeiramente, já que muitas das vezes a Instituição era a única alternativa. Luiz Antônio Cunha ao analisar o Arsenal de Guerra do Mato Grosso, revela que as relações de trabalho eram muito complexas, pois “coexistiam nas oficinas o trabalho assalariado por contrato, por empreitada, por indicação e por concurso” (CUNHA, 2000: 110). Apesar de Cunha tratar dos trabalhadores do Mato Grosso em específico, podemos notar a complexidade das relações de trabalho que envolvia os Arsenais de Guerra e seus serviços prestados a sociedade como construção e reconstrução de fortes e presídios, envio de alimentos e subsídios para tropas de diversas províncias do norte, ajuda nas relações com outras instituições como o Arsenal da Marinha e a Guarda Nacional, depósito e concertos de armamentos, assuntos relacionados à guerra, além de como já foi dito se tornar uma importante instituição de absorção de enjeitados, pobres e órfãos, sem ocupação e proteção familiar ou governamental.

Assim como os trabalhadores livres nos Arsenais de Guerra, os menores aprendizes do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, tinham uma vida duramente controlada e rígida, conforme apontou Luiz Cunha: os educandos acordavam ao romper do dia, seriam revistados depois de prontos para a marcha e as oficinas, teriam meia hora para descanso do almoço, e deveriam dar graças a Deus quando levantassem da cama e depois do jantar (CUNHA, 2000: 110), entre tantas outras obrigações. Portanto, eram pessoas totalmente institucionalizadas. Erving Goffman, coloca que toda instituição total tem tendência de fechamento e reclusão, conceituando-as como um “local de residência e trabalho, onde os indivíduos são separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2005: 8).

O Arsenal de Guerra, foi sobretudo, uma nova Instituição por se diferenciar dos internatos, não pela questão da vigilância e do controle, mas pelos serviços desenvolvidos. Além de terem os aprendizes que se adequarem aos horários integrais e com regras de disciplinas, serviam de modelo ao cotidiano da população. Interpreta Alcileide Cabral, que o Arsenal de Guerra foi um local que “funcionava com bases modernas: divisão de funções, critérios de idade e aptidões, especialidades, ordenamento espacial, disciplina do trabalho, do tempo e do corpo, estímulo para produzir, instrução elementar, incentivo a poupança” (NASCIMENTO, 2006: 278-283), entre tantas outras tarefas. Todavia o Arsenal era uma

instituição nova e eficiente, resultando para os expostos que lá viviam, novas maneiras de trabalhar através de uma rigorosa disciplina.

Foi neste estado de coisas que os jovens enjeitados caíram de pára-quedas, seja sua procedência do Colégio dos Órfãos, da Santa Casa de Misericórdia, das suas famílias ou da Roda, os jovens tinham que ao mesmo tempo servir de forma útil a população e disciplinados para serem bem vistos. Em contrapartida, deve-se dizer que disciplinar crianças e jovens através da educação, do trabalho, do ensino de ofícios artesanais e manufatureiros não foi uma prática exclusiva no Arsenal de Guerra no Brasil Imperial. Tanto os expostos da Santa Casa, quanto os órfãos e os filhos de pais pobres são renegados e excluídos da História. Entretanto, a invenção do Arsenal de Guerra não deve perpassar a simples idéia, de que a criação do Arsenal foi apenas para oferecer educação a este segmento da população pobre, nem tampouco para prestar serviços básicos e essenciais a população. Foi além de uma instituição militarmente apropriada para defesa e estrutura de guerras e conflitos, esteve associada a utilidade para as mudanças e anseios das camadas estabelecidas. As relações do Arsenal com a História da cidade e do cotidiano são inúmeras e sua relação com a infância acontece pelo ingresso de garotos e dos jovens que eram inseridos em suas oficinas. O Arsenal foi desta maneira o teatro da vida de muitos jovens, sendo o palco e vitrine de muitos menores abandonados ou não. Dar-lhes trabalho, comida, roupa e disciplina era responsabilidade do Arsenal quando retirados da tutela familiar. Assim, segundo o professor Marcus, o “caminho da liberdade poderia começar em qualquer idade, mas era mais difícil para os pequeninos. Mas assim que entravam na puberdade, começavam as fugas. Até nus, como um moleque de 12 anos, em 1827”⁹.

Os educandos do Arsenal não foram bonecos de fantoches e marionetes que eram manipulado pelos inspetores do Arsenal e pelos presidentes de províncias, pelo contrário, foram agentes de suas próprias histórias e lutaram pelos seus sentimentos e por suas vontades, não aceitando a imposição de uma sociedade e de uma instituição que nelas estavam inseridos. José Cabral de Mello, foi um dos educandos do Arsenal que de tão insubordinado foi despedido da aula de ensino mútuo por duas vezes¹⁰. As inquietações eram muitas, como por exemplo, as que ocorreram com Matias Francisco e Francisco Joaquim que brigaram entre

⁹ Diário de Pernambuco (Recife), 27\06\1827.

¹⁰ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 52, 27\04\1828.

si e tiveram que ser recolhidos ao quartel dos educandos. O último deu uma “estocada” no braço do primeiro que revidou com uma “paulada” na cabeça do outro¹¹.

Embora muitos lutassem, como Matias Francisco, Francisco Joaquim, José Cabral de Mello, entre outros garotos que adentravam no Arsenal, eles passaram a ser “filhos da pátria” como colocou a historiadora Alcileide Cabral (NASCIMENTO, 2006: 284). Perderam muitas vezes sua identidade para assumirem funções e conseguir seus objetivos. Os educandos do Arsenal transformaram o espaço físico que conviveram, num local de sociabilidade através de sentimentos que só a dimensão humana conhece. Compartilharam amor e sofrimento, mas não foram passíveis de deixarem suas marcas na história. A invenção deste trabalho está inserida nesta amplitude das relações humanas que requer o exercício historiográfico.

Referência Bibliográfica

ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CATARINO, José Lopes Acácio. *Da Oficina ao Arsenal: estado e redefinições urbanas no limiar da descolonização*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

CUNHA, Antônio Luiz. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectivas, 2005.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese de Doutorado em História– UFPE, Recife, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Cidade do Recife, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra* In: PRIORI, Mary Del *História das crianças no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002. p 200.

WALTER, Fraga Filho. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Hucitec, 1996.

Fontes impressas

1.- Regulamento de 21 de fevereiro de 1832. COLEÇÃO Leis e Decretos do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

2.- Códices do Arsenal de Guerra AG 1 (1827 à 1832) e AG 2 (1833 à 1835).

¹¹ Carta enviada pelo inspetor do Arsenal de Guerra ao presidente de província. Códice Arsenal de Guerra, N 53, 12|04|1828.